

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: (em negrito) Matérias que citam o Ministro Bento Albuquerque ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	2
Título: Maia e Alcolumbre articulam solução para divisão dos recursos do pré-sal.....	2
Título: Arrecadação com leilão pode ajudar a destravar reforma tributária	4
Título: » Tudo junto... ..	5
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	6
Título: Produção de nióbio atende demanda e tem preço baixo	6
Título: Gota.....	9
Título: Resolvam-se	10
VEÍCULO: O Globo	10
Título: Muito além da economia	10
Título: Horário de verão faz reduzir criminalidade	12

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Data: 06/10/2019****Seção: Economia****Autor: Adriana Fernandes Idiana Tomazelli / BRASÍLIA****Título: Maia e Alcolumbre articulam solução para divisão dos recursos do pré-sal**

Alternativa. Diante da rejeição do Congresso à proposta de divisão do dinheiro megaleilão feita pela equipe econômica, presidentes das Casas querem incluir em texto aprovado no Senado compensação para os governadores de Sul, Sudeste e Centro-Oeste

Sem respaldo do Congresso para a proposta da equipe econômica de partilha dos recursos do megaleilão do pré-sal, os presidentes da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), e do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), articulam uma reunião com todos os governadores para tentar acertar a divisão do dinheiro. O objetivo é pôr fim à disputa deflagrada entre os Estados do Norte e do Nordeste, maiores contemplados pela proposta aprovada no Senado, e os das demais regiões, que reclamam de terem sido “excluídos” da negociação. Segundo o Estado apurou, a proposta do governo de incluir na partilha, além de Estados e municípios, senadores e deputados por meio de emendas parlamentares foi descartada.

O projeto previa dividir os R\$ 106,5 bilhões previstos do bônus da assinatura do leilão, marcado para novembro, da seguinte forma: depois do pagamento de R\$ 33,6 bilhões à Petrobrás, Estados, municípios e parlamentares ficariam, cada um, com 10%, o que corresponde a R\$ 7,3 bilhões. O Rio teria R\$ 2,19 bilhões e, a União, a fatia maior de R\$ 48,9 bilhões. O megaleilão foi destravado com a revisão do acordo da chamada cessão onerosa, fechado pela Petrobrás com a União em 2010 e que permitiu à estatal explorar 5 bilhões de barris de petróleo em campos do pré-sal na Bacia de Santos, sem licitação.

Em troca, a empresa pagou R\$ 74,8 bilhões. O governo estima, porém, que a área pode render de 6 a 15 bilhões de barris. A disputa do dinheiro decorrente do megaleilão do excedente provocou uma celeuma, que ameaça até a votação, em segundo turno, da reforma da Previdência. Alternativa. Com rejeição à divisão sugerida pela equipe econômica, a cúpula do Congresso quer melhorar o texto que foi aprovado no Senado, e que agora está em discussão na Câmara, que destina 15% (R\$ 10,95 bilhões) para Estados e 15% para municípios. Na Câmara, o cerne da briga está na ausência de uma compensação para os governadores de Sul, Sudeste e Centro-Oeste, que até agora receberão uma parcela pequena do dinheiro do leilão.

O texto aprovado pelo Senado faz a distribuição por meio do Fundo de Participação dos Estados (FPE), que privilegia aqueles com menor renda per capita. Por esse critério, Norte e Nordeste abocanham 77,6% do que entrar no fundo, e os demais ficam só com 22,4%. Os governadores João Doria (São Paulo), Eduardo Leite (Rio Grande do Sul), Ronaldo Caiado (Goiás) e Reinaldo Azambuja (Mato Grosso do Sul) já procuraram a cúpula do Congresso para protestar contra o texto aprovado pelos senadores e pressionar por uma solução mais equilibrada na divisão do bolo de recursos. A saída é incluir na proposta R\$ 4 bilhões adicionais, que seriam destinados segundo os critérios de divisão da Lei Kandir, criada para compensar Estados exportadores pela desoneração do ICMS nas vendas externas.

Nesse caso, as Regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste ficam com 83,2% do que é repassado. Origem da briga. A entrega desses R\$ 4 bilhões como compensação à Lei Kandir já havia sido avalizada até mesmo pela equipe econômica, quando o ministro da Economia, Paulo Guedes, esteve na presidência do Senado em 20 de agosto para apresentar os principais pontos do chamado pacto federativo. O dinheiro, porém, não foi incluído pelo relator da proposta no Senado, Cid Gomes (PDT-CE), que é do Nordeste, o que deu largada à “guerra” nos bastidores. A briga ganhou corpo na Câmara porque é lá que os governadores das regiões mais ricas têm maioria.

Juntos, esses Estados têm 297 deputados, ou 57,9% da Casa. No Senado, onde o número de parlamentares é igual para cada unidade da federação, Norte e Nordeste são dominantes, com 59,3% dos assentos. Ao chamar os governadores para a mesa de negociação, a intenção dos líderes do Congresso é expor a divisão no grupo e, ao mesmo tempo, encontrar uma solução que atenda a todos. A avaliação é de que, resolvendo esse ponto, todo o resto destrava, sem necessidade de destinar recursos via emendas parlamentares e sem risco de afetar as votações da reforma da Previdência. Maia já conversou com Guedes sobre a impossibilidade de avançar na ideia de dividir os recursos do pré-sal com senadores e deputados por meio das emendas parlamentares. A proposta enfrentou resistências das duas Casas.

A disputa pelo dinheiro já impôs uma derrota à equipe econômica no Senado, a um custo de R\$ 76,4 bilhões em dez anos que deixarão de ser poupados sem as mudanças pretendidas no abono salarial. Municípios. Em paralelo à negociação com os governadores, os municípios preparam uma mobilização permanente para garantir sua fatia de 15% nos recursos arrecadados com o megaleilão. A Confederação Nacional dos Municípios (CNM) também reagiu duramente à proposta do governo de reduzir a fatia a 10% para contemplar também as emendas parlamentares. O presidente da entidade, Glademir Aroldi, disse que a proposta é “absurda” e cobrou o cumprimento do acordo de divisão acertado no Senado.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Data: 06/10/2019****Seção: Economia****Autor: Adriana Fernandes Idiana Tomazelli / BRASÍLIA****Título: Arrecadação com leilão pode ajudar a destravar reforma tributária**

Lideranças discutem usar dinheiro para criar fundo regional que compensaria o fim de incentivos para Estados

Além de “melhorar” a partilha da divisão do bônus que será pago no leilão pelas empresas vencedoras, lideranças querem novo destino para os recursos futuros da exploração do pré-sal (royalties e participações de petróleo) que hoje são da União. A ideia é usar o dinheiro para resolver um dos principais impasses para a aprovação da reforma tributária: a criação de um fundo de desenvolvimento regional para compensar os governadores pelo fim dos incentivos usados pelos Estados menos desenvolvidos para atrair as empresas. A proposta, que tem apoio do presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), é abastecer o fundo com os recursos futuros do pré-sal.

O diagnóstico é de que o dinheiro do pré-sal não pode ser distribuído sem contrapartidas, como um “cheque em branco”, e tem de ser usado para ajudar a resolver a reforma tributária e destravar a sua tramitação. A proposta já foi discutida com o ministro da Economia, Paulo Guedes, que ainda não encaminhou o projeto de reforma do governo. Depois do apoio insuficiente dos governadores à aprovação da reforma da Previdência, a ideia é amarrar os recursos do pré-sal à mudança nas regras tributárias. Presidente da Comissão Especial de reforma tributária que analisa a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 45 na Câmara, deputado Hildo Rocha (MDB-MA), disse que a formação do fundo é justamente um dos pontos importantes para a proposta avançar.

Ao Estado, Rocha antecipou que o repasse dos recursos do pré-sal é uma das propostas. No passado, a falta de recursos para financiar o fundo de desenvolvimento e a compensação pelas perdas com migração da cobrança dos locais de produção para as regiões de consumo impediram um acordo para a aprovação da reforma. Agora, a expectativa é que os recursos do pré-sal podem ajudar a resolver o impasse do passado. O economista Rodrigo Orair, pesquisador do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), avalia que a destinação dos recursos do pré-sal ao fundo de desenvolvimento regional é uma alternativa interessante para destravar a reforma tributária. Sem isso, ele afirma que as dificuldades de aprovação da proposta ficarão maiores, pois os governos estaduais ficarão sem um instrumento de política regional.

Benefícios. “A reforma tributária (da Câmara) acaba com os benefícios fiscais. Ela é uma política regional ruim, ineficiente, mas é praticamente a única política de incentivos regionais. Tem de colocar um fundo de desenvolvimento regional. Se não, vai tirar o incentivo fiscal e não vai dar nada em troca?”, alerta Orair. Para o economista, o fundo precisa ser bem desenhado para garantir o apoio a políticas de médio e longo prazos, que tornem perene as riquezas obtidas com a exploração do petróleo. A maior dificuldade, porém, não é a formatação do fundo, mas sim trazer o governo para o grupo de apoio à proposta.

“Só consigo ver um fundo de desenvolvimento regional se o governo tomar a proeminência da proposta”, diz. A proposta da Câmara acaba com três tributos federais – IPI, PIS e Cofins – e também com o ICMS (estadual) e o ISS (municipal), que incidem sobre o consumo. Cria no lugar o Imposto sobre Operações com Bens e Serviços (IBS), de competência de municípios, Estados e União. O presidente da Comissão Especial da reforma prevê a votação entre o fim de outubro e novembro para que haja tempo de votação no plenário da Câmara até o fim do ano. Ele avalia que a história já mostrou que os governos só têm o primeiro ano de mandato para aprovar grandes reformas.

Segundo Rocha, o ministro Guedes, lhe disse que apresentaria a proposta do governo nos próximos dias. Maia prorrogou até o dia 10 o prazo para que os parlamentares apresentem emendas à proposta. Esta é a quarta vez que o prazo é prorrogado à espera da proposta do governo. O prazo anterior terminou no dia 26. Até agora já foram apresentadas cerca de 130 emendas. Cada emenda apresentada precisa ter a assinatura de pelo menos 171 deputados.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 06/10/2019

Seção: Colunas

Autor: ALBERTO BOMBIG

Título: » Tudo junto...

Coluna do Estadão

A Comissão de Minas e Energia da Câmara aprovou projeto que abre caminho para a venda direta de etanol para postos de gasolina, sem passar por distribuidoras.

» ...e misturado. De autoria do deputado Padre João (PT-MG) e relatado por Orlando Silva (PCdoB-SP), o texto atende a plano do governo de abrir o mercado.

COM JULIANA BRAGA

A SEMANA

Terça-feira, 8

Comissão discute exploração mineral em terra indígena

Deputados debatem assunto, considerado prioritário pelo governo. O ministro Sergio Moro foi convidado a participar.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 06/10/2019

Seção: Mercado

Autor: Anna Virginia Balloussier

Título: Produção de nióbio atende demanda e tem preço baixo

Expansão defendida por Bolsonaro enfrenta falta de demanda custo elevado

O arranha-céu mais alto de Pequim, o China Zum, que tem meio quilômetro de extensão. O maior acelerador de partículas do planeta, o LHC. Megapontes mundo afora. Foguetes do bilionário Elon Musk.

O nióbio, ativo do clã Moreira Salles, que controla a maior empresa do mundo desse minério, está em tudo isso. Mas é por sua presença nos discursos de Jair Bolsonaro que ele talvez seja mais lembrado.

O presidente não perde uma oportunidade de exaltar as maravilhas do 41º elemento da tabela periódica. Em junho, direto do Japão, onde estava para a reunião do G20, mostrou, numa transmissão pelo Facebook, como o nióbio agrega valor até a bijuterias. O “pequeno cordãozinho” que exibiu valeria R\$ 4.000, e se de ouro fosse não passaria de R\$ 3.000, sustentou.

“A vantagem disso, em relação ao ouro, primeiro são as cores, que variam. E ninguém tem reação alérgica a nióbio. Alguns têm a ouro. Às vezes, a mãe põe um brinquinho na orelha da menina — menina, para deixar bem claro— e tem reação.”

Palco maior foi a Assembleia-Geral da ONU. “O índio não quer ser latifundiário pobre em cima de terras ricas, especialmente das terras mais ricas do mundo”, disse em sua estreia no encontro, no dia 24 de setembro.

Foi a deixa para exaltar a “grande abundância”, nas reservas Ianomâmi e Raposa Serra do Sol, de ouro, diamante, urânio e deste menos conhecido minério batizado em homenagem a Níobe, neta de Zeus na mitologia grega.

Uma semana depois, disse a garimpeiros que “o interesse na Amazônia não é no índio nem na porra da árvore, é no minério”.

A hipótese de que Bolsonaro possa anular a demarcação de reservas indígenas com o pretexto da exploração mineral tira o sono de ambientalistas e lideranças indígenas. Causa também estranhamento a 4.500 km dali, onde fica a maior jazida de nióbio do mundo. Lugar, aliás, familiar ao presidente.

Com a disputa presidencial já em mente, Bolsonaro visitou três anos atrás a CBMM (Companhia Brasileira de Metalurgia e Mineração), desde 1965 sob controle da família sócia do Itaú Unibanco.

Sua empolgação com a matéria-prima de um negócio que ajuda os Moreira Salles a serem o clã mais rico do Brasil rendeu uma situação ambígua em agosto, quando a CBMM entregou seu 1º Prêmio de Ciência e Tecnologia.

Pedro Moreira Salles, que preside o conselho de administração da empresa, alfinetou a onda anticiência do governo Bolsonaro ao dizer que “um país que dê as costas para o conhecimento” está condenado a ser “pobre, doente e inseguro”. Mas exaltou o mineral xodó do presidente.

Há anos Bolsonaro fala de um “Vale do Nióbio”, que vê como versão brasileira do polo de silício que fomenta o hub tecnológico dos EUA. O que pegou a companhia de surpresa é a afirmação de que o Brasil teria motivos para explorar o nióbio do norte do país.

Sequer há demanda para tanto. A CBMM domina 80% do mercado de cerca de 130 mil toneladas de nióbio por ano. Tem uma única concorrente, uma britânica que atua no Canadá e em Goiás.

A brasileira pretende fechar este ano com no mil toneladas produzidas, o que elevaria sua receita de R\$ 7,4 bilhões em 2018 (apenas com empréstimos, o Itaú faturou R\$ 63,6 bilhões no ano passado).

Não que alguém coloque nessas palavras, mas bolsonaristas às vezes mais atrapalham que ajudam.

Um dos exemplos é dizer que o Brasil deve expandir a exploração, sem considerar se há demanda ou mesmo o custo de minerar numa Roraima sem infraestrutura.

“O mercado é limitado, sendo economicamente inviável aumentar a sua produção, ainda mais investir numa nova planta em região remota”, diz Márcio Santilli, presidente da Funai no governo de Fernando Henrique Cardoso e sócio do Instituto Socioambiental.

Ele vê “ignorância deliberada” de Bolsonaro sobre o tema, “associada ao viés ideológico que o leva a tentar deslegitimar o direito dos índios.”

Eduardo Ribeiro, presidente da CBMM, diz que a reserva em Minas Gerais dura ao menos dois séculos, de bom tamanho para suprir a clientela.

E esse discurso do nióbio como “salvador da pátria” seria acima do tom, ele diz à Folha na casa de hóspedes da empresa, que recebe potenciais compradores do mundo todo, sobretudo asiáticos, em Araxá (MG). A entrada da sede parece a ONU, com cerca de 50 bandeiras de cada país que negocia com a CBMM.

Há algo de vintage no entusiasmo de Bolsonaro pelo elemento. Enéas Carneiro (1938-2007), eterno presidenciável da direita ultranacionalista, usava seus poucos segundos na propaganda eleitoral para criticar a exportação do extraordinário nióbio “a preço de banana” — a CBMM manda para fora 96% do que produz.

Em 2016, o então deputado Bolsonaro discursou no Congresso contra a venda, cinco anos antes, de 30% da companhia para acionistas da Ásia.

Para ele, tudo parte de um plano para jogar a riqueza verde-amarela no colo do capital estrangeiro. “É crítico e inacreditável! Mas logicamente se acredita, porque vem do PT.”

Há muita informação falsa sobre o nióbio, e a maioria peca por exagerar. Enéas, diz Ribeiro, é bom exemplo de “ideias incorretas” que geram “ruídos por completa ignorância”.

Hoje há vídeos atribuindo superpoderes ao nióbio, como um caminhão que vira pedacinhos ao se chocar contra uma cerca suposta-mente feita com o material.

Também circula a ideia falsa de que o Brasil concentra quase todo o nióbio global, quando na verdade há 85 minas mapeadas no mundo, a maioria não explorada justamente por empecilhos na extração e falta de compradores.

Mas o nióbio é tudo isso? Se levou o ex-embaixador e banqueiro Walther Moreira Salles a adquirir a CBMM na década de 1960, potencial deve ter.

Os descrentes lembram que o valor comercializado é baixo demais (o quilo do ouro vale cem vezes mais do que os US\$ 40 do ferronióbio, principal produto da CBMM).

Se é tão maravilhoso assim, por que cobrar tão pouco?

O nióbio, de fato, gera ligas metálicas mais leves e resistentes. Exemplo da CBMM apresentado em Araxá: uma caçamba de caminhão com aço normal sai em média por R\$ 82,5 mil; a de aço turbinado por nióbio, R\$ 92,3 mil.

Só que o segundo veículo pesaria 6.000 toneladas, 1.100 a menos do que o comum. Conseguiria transportar uma tonelada extra de carga e precisaria fazer, assim, menos viagens. Cálculo: em seis meses, o custo compensaria.

E basta um temperinho de nióbio para anabolizar o aço, coisa de 300 gramas por tonelada. Tanto que o ferronióbio exportado pode ser empacotado em pequenas latas que lembram as de tinta.

Revés: o Brasil pode monopolizar a produção de nióbio, só que o ele concorre com outros parecidos.

O presidente da CBMM propõe chegar numa aula de engenharia e perguntar: “titânio, quem ouviu falar? Iodo mundo levanta a mão. Anos atrás, só três gatos pingados sabiam o que era nióbio”.

Siderúrgicas são as maiores clientes da CBMM, mas a companhia investe em outras frentes. Luiz Carlos Oliveira, professor do departamento de química da UFMG (Universidade Federal de Minas Gerais), dá exemplos: “temos resultados avançados para o uso como fármaco anti-câncer e promissores para a produção de supercapacitores híbridos para uso em energias renováveis”.

Baterias (para veículos elétricos e celulares, por exemplo) que fundem materiais como lítio e nióbio poderiam ser carregadas em minutos, até segundos. Neste mês, a Lamborghini anunciou uma dessas baterias mistas para seus carros de alta performance, capazes de alcançar 100 km/h em três segundos.

Eduardo Ribeiro, o presidente, brinca (ou não) que no futuro até um xampu miraculoso poderia levar nióbio.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 06/10/2019

Seção: Colunas

Autor: Joana Cunha

Título: Gota

Painel S.A

A Emae (Empresa Metropolitana de Águas e Energia) abriu chamada pública para teste da produção de energia solar flutuante nos reservatórios Billings e Guarapiranga. Os ensaios vão durar 90 dias e podem render parcerias com a

estatal paulista.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 06/10/2019

Seção: Colunas

Autor: Daniela Lima

Título: Resolvam-se

PAINEL

Há uma tentativa de afastar o governo do impasse que tomou a Câmara e o Senado. As duas Casas disputam quem vai dar a palavra final sobre a distribuição de recursos da cessão onerosa. A ideia é deixar que o debate — e a solução — sejam encaminhados pelo próprio Legislativo.

A dois

O presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), é partidário desse caminho. Ele tem dito que a solução para o impasse virá do diálogo entre ele e Davi Alcolumbre (DEM-AP), comandante do Senado.

TIROTEIO

Se não resolver a cessão onerosa até o segundo do turno da Previdência, será a sessão perigosa! Crise do dia na ordem do dia

Do senador Otto Alencar (PSD-BA), sobre a disputa que se instalou entre Câmara e Senado e agora ameaça o calendário da reforma

com Julia Chaib

VEÍCULO: O Globo

Data: 06/10/2019

Seção: Colunas

Autor: Míriam Leitão

Título: Muito além da economia

Há muito mais na economia do que apenas os indicadores ou decisões da área estritamente econômica. Ela depende, para ter um bom desempenho, de inúmeros sinais e situações que estão em outros setores. Uma parte das expectativas de retomada do crescimento está condicionada ao andamento da agenda legislativa, mas o presidente tomou a decisão de não formar uma base

parlamentar estável, e por isso o governo tem improvisado no relacionamento com o Congresso. Além disso, Bolsonaro tem uma lista de prioridades idiossincrática, muitas delas vão no sentido oposto ao que deveria para alavancar o crescimento.

Na terça-feira passada, Bolsonaro se reuniu com garimpeiros, demonstrou saudosismo em relação ao tempo em que eles atuaram de forma predatória e sem limites legais, e ainda falou a frase depreciativa sobre “a árvore”. Esse tipo de cena tem o efeito de derreter intenções de investimento. A grande mineração exige hoje regras de conduta muito severas porque presta contas aos stakeholders, ou seja, a todas as partes interessadas. Os erros colossais da Vale elevaram o nível de exigência da atuação dessas empresas no Brasil. É hora de mostrar mais aderência aos valores que desembarcaram no mundo dos negócios. O garimpo é o oposto de uma produção sustentável dos recursos minerais.

Em bases quase diárias, o governo dá sinais de não ter uma agenda de superação dos obstáculos ao crescimento. O ministro do Meio Ambiente repete ideias e toma decisões antiambientais. O ministro da Educação trava uma batalha na mídia social em mau português contra fantasmas ideológicos. O ministro da Cidadania se dedica a restabelecer a censura na área cultural. O ministro das Relações Exteriores se enclausura em ideias estreitas e revoga as virtudes conhecidas da diplomacia brasileira. Nada disso é economia e tudo é economia.

Os sinais que sustentam a confiança dependem de que o país esteja atualizado com as tendências do mundo nas áreas ambiental, educacional, cultural e diplomática. O obscurantismo em qualquer desses setores é um pacto antiprogresso. O que grandes investidores se perguntam é para onde está indo o país, se a educação preparará os estudantes para os desafios do século XXI, se as preocupações ambientais e climáticas estão sendo incluídas na agenda pública, se a diplomacia está ampliando as relações internacionais, se a política cultural expressa a diversidade do país.

O governo está emitindo sinais difusos em áreas diferentes que convergem para a mesma mensagem: a de que o país está em retrocesso social e político. E querem que a economia progrida sozinha tirando o país do atoleiro em que se encontra. Ela é parte de um todo. A ideia de que se pode modernizar a economia em um governo de valores arcaicos é um contrassenso.

A reforma da Previdência passou por várias etapas, sendo desidratada no meio do caminho, e enfrentando muitos sustos. Se caminhou foi à despeito do presidente da

República, que se mobilizou apenas para a defesa corporativista que fez ao longo da vida. A causa de adaptar o sistema de pensões e aposentadorias à realidade demográfica e fiscal brasileira foi abraçada por líderes de partidos que não são governistas e foi votada até por alguns parlamentares da oposição, com um custo político alto. A área econômica teve alguns valorosos combatentes no esforço de entendimento com o Congresso, mas a articulação política não aplainou o terreno para os técnicos da economia. Pelo contrário, as muitas falhas na articulação tornaram o caminho mais pedregoso.

O Ministério da Economia fala em muitas reformas. Elas são ambiciosas: mudariam a estrutura do gasto público e implantariam um novo federalismo. O presidente se mobiliza pela liberação de armas, na defesa de torturadores e da ditadura, em favor do garimpo e exploração mineral em terras indígenas, contra a proteção do meio ambiente e na garantia de vantagens para os filhos. A agenda da economia é uma retórica superlativa ainda sem projetos elaborados. A do presidente tem iniciativas, decretos e MPs que dispersam a atenção do Congresso. O progresso é muito mais do que um indicador e a economia jamais será uma ilha.

VEÍCULO: O Globo

Data: 06/10/2019

Seção: Colunas

Autor: Ancelmo Gois

Título: Horário de verão faz reduzir criminalidade

Acredite. No período de 2003-2018, o horário de verão, que este ano acabou com uma canetada de Bolsonaro, evitou uma média mensal de 698 roubos no Estado do Rio. Os acidentes de carro também diminuíram. A conclusão é de um estudo dos pesquisadores Claudio Frischtake Renata Canini (ambos do Inter B), e Miguel Foguel (Ipea/ PUC). Foram comparados meses com e sem horário de verão.

— Quanto mais você estica a luminosidade do dia, maior é a circulação de pessoas nesses horários, o que termina inibindo o criminoso — diz Claudio Frischtak.

Ele lembra que alterar os ponteiros dos relógios, em determinado período do ano, acontece em 76 países.

Veja o que ocorreu nos EUA...

Em 2007, o Congresso dos EUA ampliou o horário de verão por mais quatro semanas, e um estudo mostrou que os roubos caíram 7%, em média.

ONDE FOI QUE ERRAMOS?

Dói saber que, por conta de erros de várias gerações, vamos usar R\$ 106,5 bilhões do pré-sal (cessão onerosa) para saldar dívidas —e não num projeto de desenvolvimento econômico e social.

MME / ASCOM .